

Seplan prepara cortes de até 25% para 89

por Maria Clara R. M. do Prado
de Brasília

A Secretaria do Planejamento da Presidência da República (Seplan) desenvolve um esforço adicional no trabalho de ajustar as contas do Orçamento da União para o exercício de 1989 — a serem encaminhadas à aprovação do Congresso Nacional até final de agosto — à nova partilha de recursos introduzida pela reforma tributária, conforme foi aprovada pela Constituinte.

Na sexta-feira, o ministro-chefe da Seplan, João Batista de Abreu, informou que existe, pelos levantamentos feitos até aqui, margem de cortes de até 25% em despesas que estão programadas no orçamento deste ano. Esse percentual equivale, em valor, a um conjunto de 2 mil projetos que são "susceptíveis de cortes", conforme colocou Abreu, e corresponde a CZ\$ 1.235 trilhão, segundo as contas do orçamento original para 1988, aprovado pelo Congresso Nacional.

Alguns desses projetos poderão desaparecer, outros sofreriam abatimentos em suas dotações e outros simplesmente não existem mais na prática, embora constem do orçamento deste ano. Esse é, por exemplo, o caso do programa de combate à praga do "bicudo" que assolou a lavoura do algodão em São Paulo e no Nordeste, em 1984, e que

continua fazendo parte da programação orçamentária.

O assessor do ministro do Planejamento e encarregado de coordenar, em nível de Seplan, todo o trabalho de ajuste orçamentário, Everardo Maciel, considera possível reduzir em 21% a necessidade de financiamento do Tesouro Nacional no ano que vem, com a margem de ajuste que se apresenta como viável do lado das despesas. Uma diminuição de 21% na necessidade de novas emissões de títulos públicos para financiar o déficit do Tesouro no ano que vem possibilitaria ao governo, segundo Maciel, operar apenas colocando papéis públicos para cobrir vencimentos de títulos antigos. "As colocações de títulos se limitariam à rolagem da dívida mobiliária", acrescentou ele.

NOVA PARTILHA

O rearranjo que pode surgir dos estudos de readaptação orçamentária — envolvendo vinte diferentes grupos de trabalho, que têm prazo até sexta-feira da semana que vem para apresentar seus resultados — leva em conta o abatimento de 17% nas receitas correntes líquidas da União com a nova partilha de tributos entre União, estados e municípios, consagrada na Constituinte. A receita corrente líquida corresponde à seguinte equação: receita tributária mais con-



Everardo Maciel

tribuições menos transferências realizadas para estados e municípios.

São os seguintes os grupos de trabalho formados há uma semana com prazo de quinze dias para apresentar suas conclusões sobre a adaptação orçamentária:

- Legislação Orçamentária Complementar — a atribuição deste grupo é antecipar toda a legislação orçamentária complementar que precisará surgir depois de promulgada a Constituinte.

- Incentivos Fiscais — o grupo para levantar todos os incentivos fiscais existentes, procurando rastrear os beneficiários.

- Isenções Fiscais — o objetivo do grupo é fazer o mesmo trabalho de levantamento das isenções que

está sendo feito com os incentivos.

- Grupo Grande Carajás — por envolver incentivos fiscais específicos, existe um grupo cuidando só do Projeto Grande Carajás.

- FAS — este grupo procura definir o destino do Fundo de Assistência Social (FAS), cujos recursos originários da arrecadação com loterias esportiva e federal passarão a ter como destino o orçamento de segurança.

- Finsocial — a destinação do Finsocial, com a Constituinte, passa a ser mais restrita, já que os recursos serão aplicados apenas a assistência social, previdência e saúde.

- Subsídio — este grupo procura rastrear todo tipo de subsídio existente na economia. Existem dezenas diferentes tipos de subsídio distribuídos pelo governo, envolvendo, entre outros, ao açúcar, ao trigo, às exportações, à retificação de lavras, para equalizações de juros, além do bônus oferecido aos mutuários do antigo Banco Nacional da Habitação (BNH).

- Contra partida de Empréstimos Externos — este grupo está levantando todos os projetos e programas com participação de recursos externos, de modo a saber, até mesmo, se é viável a revisão nos termos contratuais de alguns deles.

- Fundo da Cacaueicultura — o grupo procura jun-

tar a série de fundos existentes hoje e envolvendo todos eles a cultura do cacaue.

- IRB — um grupo específico está cuidando do Instituto de Resseguros do Brasil (IRB), procurando avaliar o impacto sobre o orçamento de dois tipos de seguro que passarão, a partir de 1989, a ter cobertura com recursos da União: o seguro para exportações e uma cobertura adicional de seguro.

- PIS/Pasep — a intenção do grupo é avaliar como fica o PIS/Pasep depois da Constituinte, cuja parte dos Constituídos será usada no seguro-desemprego.

- BNDES — um grupo procura descobrir como ficará o Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES) depois da Constituinte, já que suas duas principais fontes de recursos — o Finsocial e o PIS/Pasep — serão tiradas do banco.

- Fundo Rodoviário Nacional — precisa ser definido também como fica este fundo que hoje é alimentado com recursos da arrecadação do Imposto Único sobre Lubrificantes Líquidos e Gasosos — cabendo 40% para a União e 60% para estados e municípios. O imposto passa a ser incorporado ao Imposto sobre Circulação de Mercadorias (ICM), arrecadado pelos estados e municípios, e a União perde sua participação no imposto, mas tem hoje a obrigação de manter todas as estradas federais do País.

- Salário-Educação — é reexaminado em razão da nova distribuição da receita que se destina à educação. Os recursos se destinam ao ensino de primeiro grau.

- Programa de Mobilização Energética — alimentado pelo Imposto Único sobre Combustíveis, o programa passa todo ele para os estados.

- Irrigação e Eletrificação Rural — o grupo procura consolidar todos os projetos de irrigação e de eletrificação que hoje estão espalhados, vinculados a diversos ministérios.

- Constituição de Novos Estados — um grupo está levantando o que representará para a União, em termos de transferência de recursos, a constituição de três novos estados da Federação: Tocantins, Amapá e Roraima.

- Instruções para Orçamento — avalia-se aqui a estrutura do gasto público, com o objetivo de dar transparência ao orçamento.

- Orçamento da Seguridade — procura avaliar como fica este orçamento a partir da decisão da Constituinte.

- Ciência e Tecnologia — o grupo busca consolidar todas as fontes de financiamento para gastos com ciência e tecnologia.

GRANDES NEGÓCIOS

Barreiras-Bahia: 22 mil hectares, metade pecuária feita com 5 mil cabeças de gado. Restante plantar soja, etc. Norte de Minas: 2 milhões de pés de café, grande produção, instalações completa. Vendo fazendas, indústrias, empresas, prédios, terrenos, etc.

Em Salvador - Bahia. Detalhes com Walter Maia Tel. 071-243-1988, Telex 71.2129, Maia-Imóveis, CRECI PJ. 133